

Epistemologia feminista: problematizar a memória da tradição na literatura, na crítica e na cultura*

Feminist epistemology: problematizing the memory of tradition in literature, criticism and culture

Anselmo Peres Alós

Universidade Federal de Santa Maria

Dileane Fagundes de Oliveira

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul

Resumo: Para a epistemologia feminista, o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Os critérios de objetividade e neutralidade que garantiram a veracidade do conhecimento caem por terra no momento em que se incorpora um modo feminista de pensar, assumindo as dimensões subjetiva, emotiva e intuitiva do conhecimento e dos respectivos processos de sua produção. Essa ruptura nos instiga a explorar outras trilhas conceituais e metodológicas, cujas reflexões possam contribuir para evidenciar o interesse e a eficácia de aportes pluridisciplinares que favoreçam novas condições equitativas de gênero à produção do conhecimento científico, integrando as diversas reflexões e experiências femininas com vistas a produzir um conhecimento mais compartilhado em relação às alteridades e a realidade social.

Palavras-chave: Teoria feminista; Crítica feminista; Filosofia feminista; Epistemologia feminista

Abstract: For feminist epistemology, the subject of knowledge must be considered as an effect of cultural determinations, located in a complex field of social, sexual and ethnic relations. The criteria of objectivity and neutrality that guarantee the veracity of knowledge fall to the ground when a feminist way of thinking is incorporated, assuming the subjective, emotional and intuitive dimensions of knowledge and the respective processes of its production. This break encourages us to explore other conceptual and methodological paths, whose reflections may contribute to highlight the interest and effectiveness of multidisciplinary contributions that favor new gender equitable conditions for the production of scientific knowledge, integrating the various reflections and female experiences with a view to produce a more shared knowledge in relation to otherness and social reality.

Keywords: Feminist theory; Feminist criticism; Feminist philosophy; Feminist epistemology

* O presente ensaio é fruto da tese de doutorado intitulada *A construção do feminino nos romances A república dos sonhos e Vozes do deserto, de Nérida Piñon*, desenvolvida por Dileane Fagundes de Oliveira, entre 2018 e 2022, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, sob a orientação de Anselmo Peres Alós.

Há muitos anos, Beauvoir já lançava a pergunta o “que é uma mulher?” (Beauvoir, 2009, p. 15). Engana-se quem pensa que exista uma única resposta. Por muitos anos, esse tema vem à baila em diversas áreas do conhecimento. As relações hierárquicas e sexistas, já deveras incrustadas nas práticas sociais, mantêm o binarismo de gênero e, conseqüentemente, legitimam certos discursos e saberes. Como Simone de Beauvoir afirma, “toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (2009, p. 193) e “achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo” (Beauvoir, 2009, p. 198). Nesse sentido, torna-se relevante investigar como as práticas e discursos hegemônicos construíram socialmente o gênero feminino.

Uma das primeiras concepções a ser desconstruída é a de que as representações da categoria “Mulher” englobam todas as mulheres de diferentes nacionalidades, classes sociais e níveis de escolarização; ou seja, uma ideia de essência universal, uma maneira transcendental de percebê-las subtraídas de suas singularidades. Mesmo com o advento do feminismo, não se pode afirmar que todas as mulheres se filiam aos mesmos propósitos e reivindicações. Para Heloisa Buarque de Hollanda:

O ponto nevrálgico na adoção da categoria “mulher” reside no fato de se originar no contexto do que se convencionou chamar de “política da identidade”, pautada na compreensão de uma experiência universal incontestada de opressão e, portanto, investida de noções fundacionalistas e essencialistas de identidade, comprometida com “a economia humanística e com a estrutura da lógica patriarcal” (Hollanda, 1992, p. 58).

A insistência na construção da mulher como questão de sentido, considerada por muitos como uma pauta vencida, coloca em destaque o fato de que a discussão está longe de ser uma realidade efetivada nas relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas das práticas culturais. A questão é, então, como pensar a identidade evitando práticas excludentes, falsamente universais, ou generalizações vazias? Nas palavras de Rita Terezinha Schmidt (2017), encontramos uma resposta plausível:

Uma das tendências no feminismo é não abdicar da categoria da identidade, mesmo sob a pressão das críticas ao sujeito e da noção de identidade como ficção ideológica. Restaria, então, conceber o sujeito feminino não como uma essência predeterminada, mas, dinamicamente, constituído social e culturalmente no jogo das relações sociais, sexuais e discursivas, levando em conta contextos diversificados em que esse jogo se estrutura. Desessencializar a categoria *mulher* é pensar na identidade como local e contingente, mas também articulada dentro de sistemas maiores de poder e significação como patriarquia, racismo, terceirização do mundo, globalização (Schmidt, 2017, p. 82-83)².

² A citação foi retirada do capítulo “Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber” do livro *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*, publicado em 2017. O texto foi publicado originalmente em: RAMALHO, Christina (Org.). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: 1999, p. 23-40.

Ao não abdicar da sua identidade, a mulher desconstrói os discursos que primam por uma “essência feminina”, e a preocupação desloca-se para uma categoria analítica que expõe a lógica da exclusão e do silenciamento. A reflexão crítica e a intervenção do sujeito feminino no campo do conhecimento constroem-se pela inscrição da experiência histórica feminina em sua relação com o contexto social. Esse posicionamento “procede de um campo de valores que tem como horizonte a emancipação, a igualdade de direitos, a justiça, a democracia e a liberdade” (Schmidt, 2017, p. 81).

Essas demandas ainda são requeridas e extremamente pertinentes, e mais uma vez a exaltação da feminilidade é rechaçada. As mulheres querem “que em si próprias, como no resto da humanidade, a transcendência supere a imanência, elas querem que lhes sejam concedidos, enfim, os direitos abstratos e as possibilidades concretas, sem a conjugação dos quais a liberdade não passa de mistificação” (Beauvoir, 2009, p. 199). Apesar das transformações históricas e culturais, o mundo ainda permanece sob os valores patriarcais, e os direitos abstratos³ estão longe de serem integralmente reconhecidos em toda parte às mulheres.

Para Donna Haraway (1995), o ensino de estudos sobre mulheres é uma atividade historicamente específica que herda, constrói e transmite leituras particulares e práticas de escrita que são politicamente complexas. Tais práticas funcionam como um dispositivo produtor que contará como “experiência” nos níveis pessoal e coletivo no movimento feminino. Nesse sentido, as posições específicas e não inocentes no âmbito local/global e pessoal/político do cenário contemporâneo da consciência feminina, bem como das leituras e práticas pedagógicas, funcionam para nomear as diferenças carregadas de poder, as especificidades e as afinidades que estruturam os artefatos globalmente mutáveis e poderosos chamados de “experiência feminina”. Para Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (2008), um fenômeno social está inserido em determinadas práticas; logo, para analisá-lo, é imprescindível determinar as características nas diversas etapas históricas do desenvolvimento da vida em sociedade, ressaltando suas mudanças. Contudo, a história da trajetória feminina não pode ser entendida como uma sucessão de fatos no tempo, mas como o modo que a sociedade, em determinadas condições, cria/normatiza as formas de existência social, política, econômica e cultural.

Fazendo um apanhado geral das concepções atribuídas à mulher, é possível perceber que algumas estavam associadas a mitos, enquanto perpassavam as ideologias religiosas e as explicações biológicas, que atrelavam a sua existência a um único destino, e a concepções filosóficas, que legitimavam a imposição de papéis sociais à mulher na organização social e econômica. Algumas mulheres, descontentes com essa perspectiva, lutavam por condições mais dignas e igualitárias.

A pergunta “o que é ser mulher?”, explorada por Simone de Beauvoir, ainda se mostra pertinente aos estudos de gênero: mesmo depois de tantos anos, muitas metanarrativas criadas

³ Beauvoir (2009) entende os direitos abstratos como o direito à liberdade, ao voto, ao que é apregoado pela lei.

e legitimadas pela ótica masculina ainda ecoam nas relações sociais. Beauvoir traz algumas expressões corriqueiras para mostrar que a questão ainda não foi superada. Por exemplo, a questão da feminilidade, que já foi um atributo qualificador da mulher, e que gerou o medo da sua perda:

Em verdade, haverá mulher? Sem dúvida, a teoria do eterno feminino ainda tem adeptos; cochicham: “até na Rússia elas permanecem mulheres”. Mas outras pessoas igualmente bem informadas – e por vezes as mesmas – suspiram: “a mulher está se perdendo, a mulher está perdida”. Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam ou deveriam ocupar no mundo. “Onde estão as mulheres?”, indagava há pouco uma revista intermitente. Mas antes de mais nada: o que é uma mulher? “*Tota mulier in utero*: é uma matriz”, diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: “não são mulheres”, embora tenham um útero como as outras. Todo mundo concorda que há fêmeas na espécie humana; constituem hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade “corre perigo” e exortam-nos: “sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpra-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade (Beauvoir, 2009, p. 13).

O feminino biológico e a teoria do eterno feminino são recorrentes nos discursos impostos por modelos masculinos. Quando as mulheres fogem às expectativas de gênero, e são questionadas quanto à sua feminilidade, a elas é imposto tornar-se mulher. Beauvoir apropria-se da expressão *tornar-se mulher*, não como uma imposição, mas como um *dever*. As respostas às perguntas *o que é uma mulher?* e *onde estão as mulheres?* podem funcionar como contradiscursos. Conforme Haraway (2019), não há nada no fato de ser mulher que naturalmente una as mulheres. “Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis” (Haraway, 2019, p. 165).

No capítulo “Destino”, Beauvoir faz também um levantamento dos dados biológicos para argumentar que esses não constituem um destino imutável e não bastam para definir uma hierarquia dos sexos, isto é, não explicam por que a mulher é o Outro. Esse estudo é de extrema importância para se pensar como as diferentes vertentes do conhecimento construíram historicamente e discursivamente o corpo da mulher. Dessa forma, a autora afirma que o corpo é o instrumento de domínio do mundo, e ele se apresenta inteiramente diferente segundo a forma que seja apreendido:

[...] ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (Beauvoir, 2009, p. 70).

Comentando essa afirmação, Butler (2015) assevera que a teoria da corporificação de Beauvoir é limitada pela reprodução acrítica da distinção entre liberdade e corpo, pois mantém o dualismo mente/corpo. A proposição dessa distinção pode ser lida como própria do falocentrismo que Beauvoir desejava se opor. A crítica de Butler reside no fato de Beauvoir entender a construção discursiva do *corpo* separada do estado de *liberdade*:

Beauvoir não consegue marcar no eixo do gênero a própria distinção corpo/mente que deveria esclarecer a persistência da assimetria dos gêneros. Oficialmente, Beauvoir assevera que o corpo feminino é marcado no interior do discurso masculinista, pelo qual o corpo masculino, em sua fusão com o universal, permanece não marcado (Butler, 2015, p. 36).

Em vista desse posicionamento de Beauvoir, Butler sugere que a crítica feminista deva explorar as afirmações totalizantes baseadas na economia significativa masculinista. Contudo, deve-se manter a autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. Haraway (2019) explica que é difícil até mesmo nomear o feminismo por um único adjetivo, ou usá-lo em qualquer circunstância, pois depois do reconhecimento de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente construídos, não se pode mais pensá-los como uma unidade *essencial*.

Thomas Walter Laqueur, no livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), diz que os homens se opunham ao crescente poder civil e privado das mulheres, e para tentar desestabilizá-lo, apropriavam-se do discurso da biologia para evidenciar a inadequação física e mental das mulheres para esses avanços. Nesse sentido, o autor afirma que as feministas revolucionárias também falavam a língua de dois sexos. A partir desse exemplo, e de outros desenvolvidos no estudo do autor, percebe-se que a perspectiva de dois sexos incomensuráveis é resultado de práticas discursivas, mas só se tornam possíveis dentro de realidades sociais às quais essas práticas dão sentido. Haraway afirma que as feministas criticaram a lógica binária natureza/cultura, incluindo as versões dialéticas da história de dominação marxista-humanista, da apropriação ou mediação da “natureza” pelo “homem” através do “trabalho”. Mas esses esforços não alcançaram a sua crítica ao derivado de sexo/gênero, que era muito valiosa para combater o determinismo biológico onipresente constantemente implantado contra feministas em lutas políticas urgentes sobre diferenças sexuais nas escolas, em editoras, em clínicas. Consequentemente, essas críticas iniciais não se concentravam em historicizar ou revitalizar culturalmente as categorias “passivas” de sexo e natureza. As formulações de uma identidade essencial como mulher ou como homem permaneceram analiticamente imutáveis e politicamente perniciosas.

Ao pensar na posição da mulher na sociedade, evocamos o estudo de Shulamith Firestone no livro *A dialética do sexo* (1976). Para Firestone, a relação das mulheres com a cultura tem sido indireta, uma vez que esta é marcada por preconceitos masculinos, o que dificulta a possibilidade de se ver culturalmente representada pela ótica feminina. Quando uma mulher participa na cultura de um

modo autenticamente feminino, é rebaixada e incompreendida pelo *establishment* cultural masculino. Portanto, para que as mulheres chegassem a produzir uma arte feminina/feminista verdadeira, seria necessária uma recusa de toda a tradição cultural que é calcada nos padrões masculinos. O sistema de papéis sexuais divide a experiência humana, e a cultura reflete isso. A emergência de uma arte feminina é um passo necessário para corrigir e eliminar as distorções culturais causadas pela polarização sexual, e um avanço para a criação de uma cultura mais abrangente. Firestone acrescenta que as mulheres também foram excluídas de uma metade significativa da cultura: a ciência. Não só as artes e as humanidades foram corrompidas pela dualidade sexual, mas também a ciência moderna foi determinada por ela. A história da cultura reflete a dicotomia sexual na sua própria organização e desenvolvimento. A cultura desenvolve-se não só a partir da dialética econômica, mas também da dialética sexual mais profunda. A revolução cultural, sob um ponto de vista feminista, assim como a revolução econômica, deve predicar a eliminação do dualismo sexual que está na origem não só das classes, mas também da divisão cultural.

Para Margareth Rago (2019), os principais pontos da crítica feminista incidem na denúncia do caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência. Os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes. Estas pensam a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual, de primeiro mundo, excluindo todos aqueles que escapam deste padrão referencial. Nesse contexto, não há nem objetividade, nem neutralidade, pois os padrões de normatividade científicos são impregnados de valores masculinos. Opondo-se a essa realidade, a crítica feminista rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e dos vários pressupostos da pesquisa científica.

Donna Haraway é categórica ao afirmar que para se construir plenamente é necessário buscar conhecimentos genuínos que não são encontrados por meio da história natural construída pelas ciências biológicas, pois a natureza, incluindo a natureza humana, foi teorizada e construída com base na escassez e na competição. Além disso, nossa natureza foi teorizada e desenvolvida dentro do sistema capitalista e patriarcal. Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2015), problematiza o termo *mulheres*, colocando-o como possibilidade de múltiplos significados, um termo em processo, como se pode perceber no trecho a seguir:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2015, p. 21).

Como a linguagem gera realidade, inevitavelmente, ela está ligada ao poder, ou seja, ela não se situa nem aponta para um mundo cognoscível oculto em algum lugar fora das fronteiras das pesquisas sócio-históricas particulares. Mas, de alguma forma, produz uma imagem do mundo que funciona como reflexo de vários aspectos de nós mesmos e de nossas estruturas sociais. No entanto, algumas feministas têm iniciado, e com autoridade, debates sobre a natureza e o poder do conhecimento científico. As mulheres tem algo a dizer e falam com muitas vozes diferentes e muitas vezes divergentes. Quando Haraway discorre sobre políticas diferenciais para outros inadequados, discute *gênero* como uma palavra política. Assim, afirma que apesar de importantes diferenças, os significados de gênero modernos partem dos estudos de Simone de Beauvoir e de sua assertiva: ninguém nasce mulher. Sobre esse aspecto, ela traça o percurso histórico a respeito das teorias feministas sobre gênero:

[...] las condiciones sociales posteriores a la segunda guerra mundial que han permitido las construcciones de mujeres como un sujeto-en-proceso colectivo histórico. Género es un concepto desarrollado para contestar la naturalización de la diferencia sexual en múltiples terrenos de lucha. La teoría y la práctica feministas en tomo al género tratan de explicar y de cambiar los sistemas históricos de diferencia sexual, en los que «los hombres» y «las mujeres» están constituidos y situados socialmente en relaciones de jerarquía y de antagonismo. Puesto que el concepto de género se halla relacionado de manera tan íntima con la distinción occidental entre naturaleza y sociedad o naturaleza e historia, a través de la distinción entre sexo y género, la relación de las teorías feministas sobre el género con el marxismo está ligada al destino de los conceptos de naturaliza y trabajo en el canon marxista y, de manera más amplia, em la filosofía occidental (Haraway, 1995, p. 221).

Portanto, a história das novas formulações políticas de gênero pelas feministas ocidentais após 1960 tiveram uma grande influência das ciências biológicas normalizantes, liberais, intervencionistas e terapêuticas, empíricas e funcionalistas, especialmente nos Estados Unidos, incluindo psicologia, psicanálise, medicina, biologia e sociologia. Pensar as categorias sexo/gênero e a separação analítica entre público e privado como sendo universais é um equívoco que foi criticado politicamente, sobretudo, pelas mulheres de cor que tiveram suas publicações obscurecidas por causa de sua origem, linguagem e gênero, ou seja, pela “marginalidade”, “alteridade” e “diferença”. Ironicamente, tais aspectos são precisamente o que gênero é gramaticalmente, fato que constitui o feminismo como uma política definida por seu terreno de contestação e repetidas rejeições de teorias dominantes. Por conseguinte, o gênero foi desenvolvido como uma categoria para explorar o que é usualmente entendido por “mulher”, para problematizar o que foi tomado como uma regra imutável.

Schmidt declara que a insurgência da categoria gênero, no final da década de 1980, como uma perspectiva teórica e temática instigante e inovadora, alargou as possibilidades interpretativas no âmbito da literatura. Isso porque o conceito, por ser relacional e culturalmente construído,

[...] substitui a noção de identidade e sobreleva a problemática de se pensar a categoria mulher, tanto na esfera particular do mundo feminino quanto dentro de um binarismo que universaliza a diferença por pressupor a relação de imanência entre gêneros feminino/masculino e sexo biológico (Schmidt, 2017, p. 83).

Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? A leitura de ambos os textos, de certa forma, responde a essas perguntas, quando coloca em evidência que o sexo é e foi construído discursivamente, ou seja, o sexo é tão contingente, histórico, contextual e culturalmente construído como o gênero. Linda Nicholson (2000) defende que, embora as feministas tenham ancorado seus posicionamentos na distinção entre sexo e gênero, antes da década de 1960, a maioria delas não via o gênero como um substituto para sexo: o conceito foi introduzido para *suplementar*, sendo o primeiro essencial à elaboração do conceito do segundo. Nicholson aponta as duas maneiras que a palavra gênero é conhecida:

De um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Esse último uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. Mas se próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser independente do gênero; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero (Nicholson, 2000, p. 9).

Nicholson assegura que apesar do segundo sentido de gênero ter sobressaído no discurso feminista, os resquícios do primeiro sobrevivem: “o “sexo” permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (Nicholson, 2000, p. 10). Importante destacar o rótulo – fundacionalismo biológico – que a autora cria para a relação corpo, personalidade e comportamento com a premissa de indicar diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico. Para ela, o fundacionalismo permite que os dados da biologia coexistam com aspectos de personalidade e comportamento. Este inclui alguns elementos do construcionismo social, e assim, admite que as feministas assumam tanto as diferenças entre as mulheres quanto o que elas têm em comum, porém de uma forma problemática e limitada. A partir dessa afirmação, ela propõe que:

Precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão “até o fundo” – aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao gênero (isto é, a estereótipos culturais

de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo. Essa compreensão não faz com que o corpo desapareça da teoria feminista. Com ela o corpo se torna, isto sim, uma variável mais do que constante, não mais capaz de fundamentar noções relativas à distinção masculino/feminino através de grandes varreduras da história humana, mas na forma como a distinção masculino/feminino permanece atuante em qualquer sociedade (Nicholson, 2000, p. 14-15).

Assim, é preciso atentar para o embate político de tais construções do corpo. Butler considera o corpo não como uma superfície pronta à espera de significação, mas como um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas. Tomo a sugestão de Butler de que a política não deve ser tomada como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria e assim:

[...] as configurações culturais do sexo e do gênero poderiam então proliferar ou, melhor dizendo, sua proliferação atual poderia então tornar-se articulável nos discursos que criam a vida cultural inteligível, confundindo o próprio binarismo de sexo e denunciando sua inaturalidade fundamental (Butler, 2015, p. 256).

A conclusão a que se pode chegar é a de que o sexo, assim como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são fadadas a erro, já que não há como filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial. As noções de corpo e diferença sexual são produtos de momentos específicos históricos e culturais. A categoria gênero ganhou destaque em outro texto clássico do pensamento feminista. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, da estudiosa estadunidense Joan Scott ([1986] 1995) – é uma importante investigação que instaura uma categoria analítica que alarga a compreensão do sujeito feminino, contrapondo-se à estrutura pautada no caráter biológico da matriz binária de origem patriarcal. É também uma nova mirada sobre as relações que se estabelecem entre os gêneros. Nesse estudo, a autora comenta que:

[...] gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade (Scott, 1995, p. 72).

Joan Scott discute as diferenças existentes entre sexo e gênero, ancorando-se em duas premissas. Primeiramente, não se deve falar em gênero sem se considerar a estrutura binária que abrange a relação masculina e feminina. Em segundo lugar, gênero é uma das primeiras formas de atribuir significado às relações de poder. Por meio de inúmeros debates e de uma análise crítica a respeito das questões igualitárias e das diferenças entre os sexos, surgiram novos pontos de vista que indagaram a construção social da relação homem/mulher, visando à busca da identidade de

gênero. Assim, encontramos no artigo “A tecnologia do gênero” (1994), de Teresa de Lauretis, uma posição muito pertinente para pensar sobre a forma que pensamos a categoria gênero e mulher. Nesse estudo, ela aponta, como uma limitação do feminismo, o fato de centrar os estudos de gênero na diferença sexual, na oposição universal do sexo, que torna muito difícil, quando não impossível, articular as diferenças entre *mulheres* e *Mulher*. A partir dessa perspectiva, “não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva” (Lauretis, 1994, p. 207). Entretanto, para romper com essas limitações, Lauretis sugere conceber o sujeito social e as suas relações de subjetividade com a sociabilidade de outra forma, um sujeito constituído no gênero, não apenas pela diferença sexual, e sim por meio dos códigos linguísticos e representações culturais, um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de classe e raça, um sujeito múltiplo e contraditório em vez de um único, simplesmente dividido.

Para Teixeira (2008), o sentido de gênero na ideologia patriarcal não abarca só a diferença do feminino em relação ao masculino, mas ratifica a noção de divisão e inferioridade, a polarização dos sexos, frequentemente definida pelos termos cultura e natureza e perpetua uma mitologia que hierarquiza os papéis sexuais. A tradição patriarcal é responsável pelos inúmeros preconceitos que recaem sobre as mulheres. O patriarcalismo, enquanto conjunto de normas elaboradas por um seleto grupo de homens brancos e heterossexuais, calcado em práticas autoritárias, exclui grupos sociais do centro de interesse. Os negros, os homossexuais e as mulheres, por ameaçarem a ordem das leis, foram ideologicamente marginalizados pela sociedade. Butler (2015) desconstrói algumas concepções de sexo e gênero apresentadas por alguns teóricos e, nesse sentido, assevera, que se o sexo é ele próprio uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado (uma concepção jurídica), mas tem de designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Logo, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é um meio discursivo-cultural pelo qual a natureza sexuada ou o sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície neutra sobre a qual age a cultura. Butler reformula a concepção de sexo como um dado natural do gênero e, ao fazer a distinção, ela apresenta um questionamento que direciona o olhar não mais para a origem dessas categorias, mas para os efeitos de poder que muitas instituições definidoras exercem sobre elas:

[...] explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual

genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (Butler, 2015, p. 9).

Butler ainda argumenta que, como genealogia da ontologia do gênero, sua investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade da relação binária que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico” e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real”, consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida.

Joan Scott levanta a questão sobre gênero baseado em duas proposições. Na primeira, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 86), e na segunda, o gênero é “a forma primária de dar significados às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Essa relação entre o gênero e as relações sociais, segundo a autora, implica perceber como os símbolos culturais circulam, em que contextos as “representações simbólicas são invocadas” (Scott, 1995, p. 86), para, com isso, compreender como os significados são historicamente construídos e impostos em um determinado contexto, em sua inevitável relação com o poder.

Partindo-se da afirmação de Scott, nota-se a desconstrução da premissa biológica das diferenças entre os sexos. Assim, ressalto a importância de pensar as categorizações que envolvem a definição do que é ser homem e do que é ser mulher como instâncias instáveis e inacabadas, que se modificam conforme o contexto e a cultura em que estão inseridos. Segundo essa autora, a ideia de gênero articula-se a um aparato de construção cultural e histórica sobre o masculino e o feminino, assim como a posição que homens e mulheres ocupam em determinada cultura. Diante disso, o processo de inversão e desconstrução torna-se necessário quando se teoriza sobre gênero, pois, culturalmente, foi imposto à mulher uma “normatização” nos papéis sociais, como uma espécie de disciplinamento, que precisa ser desfeita a fim de que o sujeito possa agir efetivamente no meio social. Nas palavras de Lauretis, a construção do gênero também se realiza, paradoxalmente, por meio da sua desconstrução.

Ao refletir sobre esta questão, compreendo ser necessário “explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (Scott, 1995, p. 87). Por esse motivo, há a necessidade de se considerar o contexto em que estão inseridas determinadas noções sobre o homem e a mulher. É preciso entender que os indivíduos não são portadores de identidades e posições sociais fixas, uma vez que, assim como a sociedade, vivemos em constantes transformações. Compreendo que o gênero se constitui como forma de notar e de dar expressividade a essas mudanças, pois

é no seio social que essas relações se tornam possíveis. Para Lauretis (1994), a construção do gênero ocorre por meio das várias tecnologias do gênero e discursos institucionais com poder de controlar o campo do significado social e, assim, produzir, promover e implantar representações de gênero. Porém, a autora acrescenta que a desconstrução do gênero leva inevitavelmente à sua (re)construção. Desta forma, emerge a seguinte questão: em que termos e interesse está sendo feita essa *des-re-construção*? Essa indagação permeia a minha escrita e acredito que deva estar presente em todos os estudos feministas.

Levando em consideração a concepção de Lauretis (1994) ao dizer que o gênero é produto de diferentes tecnologias sociais, pode-se afirmar que o discurso simbólico androcêntrico, que produz e legitima as desigualdades de gênero e as hierarquias de poder, é passível de transformação pelos discursos à margem dos hegemônicos, situadas nas microrrelações políticas e tecnológicas. Estas vão penetrando nas estruturas e desconstruindo os significados das imagens e dos mitos que justificaram determinadas representações de gênero.

Teixeira defende que, a partir da representação de gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. A representação pode ser considerada como a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites.

Butler é taxativa ao afirmar que as supostas universalidades e unidade do sujeito do feminismo são de fato difundidas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Portanto, é imprescindível formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

Postura crítica análoga ao posicionamento de Butler é sustentada por Schmidt (2017). Schmidt, quando problematiza a prática acadêmica, feminista argumenta que:

Para a mulher, como sujeito do feminismo, pensar o feminino como conceito e lugar de produção de significações e de identidades, num contexto de referência e sentido para além da cultura patriarcal significa, em última análise, desafiar os paradigmas existentes de representação. Isso significa revisitar as narrativas teórico-culturais que tratam da diferença sexual e que definem o feminino a partir de uma lógica pautada na Lei do pai. É exatamente por serem a linguagem e seus signos tão poderosos para criar realidades e moldar percepções que precisamos atentar para a rede hegemônica de conhecimentos e tecnologias representacionais que nos cercam quando nos propomos a pensar as formas

do feminino no contexto da produção e disseminação de novos conhecimentos que é a razão de ser da prática acadêmica (Schmidt, 2017, p. 176-177).

Esses apontamentos mostram que, no dinamismo da história, o sujeito pode refazer constantemente a sua experiência por meio de iniciativas reflexivas e do engajamento na realidade social. Essa dinâmica permite compreender que, no contexto da contemporaneidade, o gênero não é somente produto de representações sociais discursivas, mas também da autorrepresentação, ou seja, da maneira como o sujeito se constrói a partir de sua experiência e da produção de novas narrativas, como bem assinala Teresa de Lauretis. Logo, é possível compreender que, mesmo entendendo o gênero como uma construção social, é nas brechas dos discursos e práticas hegemônicas que o sujeito feminista desconstrói a cultura dominante e se reconstrói como sujeito. Logo, torna-se pertinente pensar a mulher a partir da assertiva de Beauvoir (2009) de que ninguém nasce mulher e sim se torna mulher, porque mulher é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Enquanto uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Faz muito sentido evocar as palavras de Schmidt para refletir sobre os objetivos de problematizar o que entendemos por mulher:

Declaradamente me situo nesse lugar ocupado pela figura da leitora interessada que inscreve o construto “mulher” em uma rede de discursos – literários, críticos, teóricos, culturais, políticos – pelo viés do compartilhamento, da solidariedade e do afeto para projetar em seu devir novas formas de sentir, ensinar e viver a literatura (Schmidt, 2017, p. 34).

Para se pensar a problematização da representação do feminino, é necessário atentar para a relação entre literatura e contexto social. O enfoque interdisciplinar permite que se atente às representações identitárias em sua dimensão estética e proeminência política, identificando as especificidades históricas de modos de subjetividade até então invisibilizadas nas formações discursivas da cultura patriarcal. O feminismo, tanto como teoria quanto movimento social, abriu novos espaços de atuação das mulheres, e conseqüentemente, novos espaços para o questionamento e a contestação dos discursos culturais e das práticas sociais.

Schmidt (2017) formula questões que servem ponto de partida para a problematização feminista da produção de conhecimento sobre as mulheres: como, onde, por quem e para quem o conhecimento é produzido? E o que conta como conhecimento? Na perspectiva dessas questões, a epistemologia feminista força a reflexão sobre as condições nas quais a construção ideológica da diferença sexual adquire legitimidade e sobre como compreensões e conceitualizações são naturalizadas pelas representações. É possível argumentar que a epistemologia feminista opera como uma forma específica de produção de conhecimento, na medida em que postula e afirma a *posicionalidade* do sujeito em termos da relação entre experiência e conhecimento.

Pode-se dizer que o final da década 1960 e as décadas seguintes (1970 e 1980) são momentos nos quais as diferenças entre os sexos ganham ênfase, em termos teóricos pelas feministas, que passam a compreender o sujeito social em sua pluralidade, nas diferentes relações que estabelecem subjetivamente com a realidade, entre os espaços simbólicos de representações que dão sentido ao mundo, não mais se resumindo a explicações biológicas reducionistas. O que está em foco é a dinâmica das representações que são construídas culturalmente. Com isso, a linguagem, em suas diferentes manifestações, passa a ser entendida como prática, dotada de valores e julgamentos, utilizada pelos sujeitos para se comunicarem com o mundo. Portanto, ela proporciona embates de poderes, que tanto podem manter ou subverter discursos que fundam e legitimam noções naturalizadas de gênero e de sexualidade. As reivindicações concebidas pelo movimento feminista aspiram à liberdade e ao direito de autonomia das mulheres, mas aspiram também a uma relação mais democrática entre homens e mulheres.

As diferenças entre as mulheres e as demandas específicas que essas diferenças propõem são grandes e manifestam-se política ou teoricamente – mas, com certeza, sem a impressionante visibilidade que ganhou atualmente, especialmente com a explosão do feminismo negro e do transfeminismo, movimentos de maior impacto na atualidade, mesmo existindo em outras épocas, agora foram mais contundentes na articulação de suas demandas por reconhecimento legal e social, bem como na proposição de novos imaginários políticos.

Essa síntese da trajetória do pensamento feminista mostra como uma atividade intelectual e política voltada aos modos de pensar a cultura parte do pressuposto da emergência do reconhecimento da legitimidade discursiva do sujeito feminino, de certa forma, envolvido em trabalho de reflexão crítica sobre os valores perpetuados pela cultura patriarcal, a partir da identificação e desconstrução de seus pressupostos. Nesse sentido, é válido dizer que as mulheres se situam em uma posição estratégica, determinada pelo modo com que se inscrevem no campo social, uma vez que, historicamente, transitam no território de sujeitos (en)gendrados por sistemas de significados e de representações marcados por relações de poder. Resulta daí a afirmação de Schmidt de que a contradição que constitui as mulheres traduz-se no constante deslocamento entre *a mulher como signo*, ao qual jamais foi concedido o estatuto de sujeito, e *mulheres como sujeitos*, em toda sua concretude histórica. Penso que é dessa contradição, que valida a categoria mulher sem quaisquer concessões a visões essencialistas ou visões decorrentes da concepção do feminino como metáfora discursiva ou mais significativa da diferença, que se gera a positividade transgressora do trabalho da crítica feminista na área de estudos literários.

Ao debruçar-se sobre os problemas típicos da teoria do conhecimento com um olhar aguçado pelas opressões percebidas pelos feminismos, Janyne Sattler não se coloca apenas como mais uma das opções concorrentes entre as vertentes existentes a respeito da natureza da agência, da justificação, da objetividade, da racionalidade e do próprio conhecimento, mas trata essas questões

de modo distinto. Por conseguinte, contra sua suposta abstração e universalidade, traz à luz a interdependência entre a epistemologia e outras áreas da filosofia, tais como a ética e a filosofia política, e o modo complexo como poder e conhecimento são conjuntamente construídos. Por isso, advoga por uma nova política epistemológica que traga seu bojo novas configurações sobre a natureza do conhecimento - que sejam inclusivas relativamente a sujeitos não universais - mas sobretudo, que mostre o quão comprometido, esteve o fazer epistemológico com uma certa agenda de valores morais e políticos obscurecidos por seus próprios ideais de neutralidade e imparcialidade.

Logo, é contraproducente negar a intervenção do viés político sobre a produção do conhecimento. Isso significa também, em última instância, refletir sobre os contornos do fazer filosófico, ao trazer a prática feminista — como um movimento necessariamente político que é — para questionar as antigas bases de sua atividade. Ao não ignorar tais problematizações, essa perspectiva permite a expansão da democracia na produção do conhecimento, uma vez que se trata da realização de um objetivo emancipatório, claramente feminista e inclusivo, que permite, por sua vez, uma melhor compreensão do mundo e de sua pluralidade de vivências, para que se possa viver bem.

Seguindo essa linha de argumentação, Lourdes Bandeira escreve no texto “A contribuição da crítica feminista à ciência” (2008) que o pensamento crítico feminista já em suas origens questionou as formas e as expressões das racionalidades científicas existentes e predominantes, portadoras de marcas cognitivas, éticas e políticas de seus criadores individuais e coletivos. Nessa perspectiva, excludente, a produção do conhecimento ocorre, tradicionalmente, a partir de um conceito universal de homem que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo. Na formação da ciência moderna, é evidente a ausência das mulheres. Isso porque a exclusão da presença feminina não apenas foi associada à natureza/biologia, mas também justificada pela incapacidade e pelo obscurantismo das mulheres, ao contrário dos homens, que se destacavam pelas luzes e pela objetividade. No plano acadêmico, na contemporaneidade, são inúmeras as cientistas que intensificaram a crítica às práticas científicas que desqualificam a pertinência das mulheres na prática da ciência e nas carreiras científicas.

Destarte, o desafio da crítica feminista foi, precisamente, o de contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais — categorias, conceitos e métodos impostos pelo cânone masculinista. Reside aí o argumento de Bandeira (2008) a favor de ser necessário assumir conceitos provisórios e perseguir abordagens teóricas não definitivas, escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas, uma vez que o conhecimento científico implica também em um sistema de dominação. Ademais, Bandeira sentencia que qualquer forma de ciência que seja considerada ou proposta como universal deve ser duramente criticada, uma vez que todas as categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros permanentes, inclusive de poder. Assim sendo, preconiza que as posturas teóricas se constroem como processo de conhecimento em um dado contexto social transitório.

Ao se pontuar as mudanças que a crítica feminista já alcançou, figuram dentre os mais importantes os deslocamentos nas formas do pensar científico, da linguagem, do léxico, da concepção de humanidade e da ética do sujeito e do coletivo nas relações sociais, assim como das relações entre indivíduo e sociedade. Considerando também a noção de gênero, a crítica feminista produziu novos ângulos e modos cognitivos de ver o mundo; em outras palavras, evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos, uma vez que o gênero resulta das construções sociais e culturais. Isto posto, é possível concluir que a crítica feminista provocou uma ruptura epistemológica significativa ao postular que “o domínio do privado, na existência pessoal, é também político, que não há problema político que de alguma maneira não recaia sobre a dimensão do pessoal/privado, e que tais relações interferem nas práticas de conhecimento científico” (Bandeira, 2008, p. 224). Dessa forma, Bandeira afirma que o corolário da visibilidade do privado ganha destaque para a prática científica, centrada na crítica do patriarcado: a divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos/gênero, as relações de classes, as categorias associadas à apropriação individual e coletiva das mulheres e em particular as manifestações de controle social constituem-se interesses prioritários como temas de pesquisa.

Nesse sentido, Amanda Motta Angelo Castro e Edla Egger, no texto “Alguns apontamentos sobre a epistemologia feminista”, postulam que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, uma experiência que, muitas vezes, está às margens. Isso porque, muitas das vezes, são concebidas no cotidiano ordinário, tecidas em conversas informais, nos espaços privados e nos espaços do lar, mas que são cruciais para compreender as nuances das diversas subjetividades que compõem as sociedades, uma vez que a subjetividade é a porta para o conhecimento que nos permite ler o mundo e a nós mesmos.

Nessa esfera, Rago, no texto “Epistemologia feminista, gênero e história” (2019), vê uma profunda mutação na busca de uma nova linguagem, ou de um contradiscurso que se vem processando na produção do conhecimento científico. Se por um lado os padrões de normatividade científica impregnados de valores masculinos (incapazes de pensar a diferença e, portanto, excludentes) balizaram por muito tempo o campo do saber, de outro lado, os principais pontos da crítica feminista denunciam tais relações de poder constitutivas da produção dos saberes. Do ponto de vista da historiadora,

[...] há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes. Não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. Se a crítica feminista deve “encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz”, é possível dizer que as mulheres estão construindo uma linguagem nova criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas. [...] As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente esses

campos, recolocando as questões, questionando, criando novas questões, transformando-os radicalmente (Rago, 2019, p. 379).

Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/feminista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com o enquadramento conceitual normativo. Talvez venha daí a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista, como explica Rago. Pode-se dizer que esse processo se deu com a entrada de mais mulheres nas universidades a partir dos anos de 1970 e de lá para cá, feministas (assumidas ou não) forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas, e que permitem entender as origens de crenças e valores de muitas práticas sociais, frequentemente opressivas, e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. Rago é categórica ao reiterar que, de certo modo, o passado precisava ser re/interrogado a partir de novos olhares e problematizações, por meio de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular.

Sandra Harding, no artigo “Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”, publicado em português na revista *Estudos feministas* em 1993, afirma que um desafio que se coloca ao processo de construção de teorias feministas, relaciona-se com o uso ativo dessas para a nossa própria transformação e a das relações sociais, na medida em que nós, como agentes, e nossas teorias, como concepção de reconstrução social, estamos em contínua e permanente transformação. Alguns questionamentos colocados por Harding são extremamente relevantes para se pensar a construção de teorias feministas sem recair nas próprias armadilhas do patriarcado. Nesse sentido, ela indaga:

Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido, que não somente reproduzam, como uma imagem de espelho, as categorias e projetos que mistificam e distorcem os discursos dominantes? (Harding, 1993, p. 11).

Uma possível resposta está na premissa da instabilidade das categorias analíticas, pois essas estão em fervilhante transformação, ou seja, não chegaremos a uma teoria perfeita, a um paradigma de ciência normal, com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. É justamente nessa perspectiva que devemos centrar nossa atenção, uma vez que “as categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (Harding, 1993, p. 11).

Jenniffer Simpson, no artigo “Resistências epistemológicas feministas: subjetivações emergentes como estéticas do existir” (2012), assevera que a teoria feminista tem o cuidado de não revestir em roupas novas os velhos conceitos. Por isso, necessitamos pensar em novas bases conceituais que estejam atreladas às instabilidades cotidianas relacionais, e não à positividade científica. Desse modo, ir além das conjecturas da masculinidade hegemônica é afirmar um perspectivismo

feminino através do constante experimento de olhar a si mesmas sem os pressupostos normalizantes androcêntricos e, a partir disso, construir novas relações consigo próprias e com a alteridade.

Harding (1993) ainda sugere que, em vez da fidelidade ao princípio de que a coerência teórica é um fim desejável por si mesmo e única orientação válida para ação, podemos tomar como padrão a fidelidade aos parâmetros de dissonância entre pressupostos dos discursos patriarcais e dentro de cada um deles. Por fim, argumenta que muitas são as instabilidades conceituais que emergem quando se examina a crítica feminista a ciência, entretanto, esses dilemas não podem ser resolvidos nos termos em que tem sido colocados e que, ao invés disso, devemos “aprender a encarar as próprias instabilidades como recursos validos. Se pudermos aprender a usá-las, chegaremos a igualar a maior realização de Arquimedes - sua criatividade invenção de um novo mundo de modo de construir teorias” (Harding, 1993, p. 31).

Para Simpson (2012), os regimes normalizadores hegemônicos balizam não apenas os lugares, mas também as formas de se movimentar-se nos espaços, compondo repertórios codificados de onde e como devemos estar. Segundo a estudiosa, vivemos em um mundo relacional arquitetado para que nada mude, ou melhor, para que as coisas mudem de acordo com o esperado, haja vista a dificuldade de se regularem composições subjetivas complexas e com alto grau de incerteza. Interferir nesse dilema é fazer-se ético, é exercitar-se como sujeito ativo que pratica sua liberdade, de maneira limitada, é claro, mas que, mesmo assim, busca incessantemente por linhas de fuga, por fissuras onde o sujeito em processo possa manifestar-se criativamente.

Portanto, colocar-se diante do desafio de questionar essas delimitações passa pela avaliação contínua das próprias subjetividades, buscando abertura e outros contornos para a vida e para a prática da liberdade. Esse projeto heterotópico de deslocamento dentro desse lugar constitui-se por meio de uma retórica dialógica que forma novos sentidos comuns emancipatórios. Desse modo, “o paradigma emergente transforma o poder em autoridade partilhada; o direito despótico, em direito democrático; e o conhecimento regulação, em conhecimento-emancipação” (Simpson, 2012, p. 37).

Nesse contexto, as subjetividades emergentes (individuais e coletivas) são as principais protagonistas da transição paradigmática epistemológica e prática na qual nos encontramos, pois buscam e concebem alternativas emancipatórias frente às forças paralisantes do poder hegemônico. Para Simpson (2012), não se trata, por conseguinte, de procurar qualquer centralidade única que exprima a tensão poder-resistência, mas de reconhecer, desde logo, a multiplicidade das lutas, que abrem para a pluralidade de poderes e daí para a diversidade das formas emancipatórias contingentes e parciais.

Os apontamentos aqui mencionados serviram para alargar nossas percepções sobre como concebemos as produções de conhecimento e como nos inserimos nessa esfera. E, se hoje temos a possibilidade de produzir esse estudo, tendo os temas aqui abordados, isso só foi possível porque

algumas mulheres lutaram para que pudéssemos ocupar esse espaço. Portanto, pisamos nesse território — com toda nossa bagagem feminina/feminista — sem a pretensão de trazer verdades universais, mas de trilhar caminhos mais libertários, plurais e em sintonia com novas formas de pensar e viver. Nesse espaço, o sujeito do feminino coloca-se como centro da enunciação e do discurso, ou seja, ao assumir seu lugar de fala, resiste aos códigos linguísticos/sociais e empenha-se no “descentramento de quadros teóricos/ideológicos dominantes para construir um conhecimento interessado e comprometido com as formas de ver e pensar o mundo que desestabilizam o quadro epistêmico da cultura” (Schmidt, 2017, p. 174). É dentro deste contexto que se pode falar na verdadeira luta por representação e por produção de conhecimento em sintonia com os grupos emergentes, novos sujeitos da história e novas subjetividades.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, janeiro-abril, 2008, p. 207-228
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Dois volumes.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: o feminismo e a subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTRO, A. M. A.; EGGERT, E. Alguns apontamentos sobre a epistemologia feminista. **Revista Sociais e Humanas**, 25 (2), 2012. p. 231-238. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2862>. Acesso em 04 de julho de 2022.
- FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Tradução de Vera Regina Rebelo Terra. Editorial Labor do Brasil, 1976.
- HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza**. Trad. Manuel Talens. Madrid: Cátedra, 1995.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 157-210.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em 04 de julho de 2022, p. 7-31.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whaley. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- LAURETIS, Teresa de. **Alicia no: feminismo, semiótica, cine**. Trad. Silvia Iglesias Recuevo. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2. p. 9-41, jul./dez. 2000.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 371-387.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 16, p. 297-395, fev. 1998.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.
- TEIXEIRA, Níncia Cecilia Ribas Borges. **Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade**. Guarapuava: Unicentro, 2008.